

Termo de Referência 52/2024

Informações Básicas

| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
|--------------------|--|---------------------------------|-----------------------------|
| 52/2024 | 200346-SUPERINTENDENCIA REG.DA POLICIA FEDERAL NA BA | ANDREIA GRASIELE DA COSTA SILVA | 24/09/2024 15:21 (v 6.0) |
| Status | | | |
| ASSINADO | | | |

Outras informações

| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|---|-----------------------|-------------------------|
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes | | 08255.006700/2024-11 |

1. Condições gerais da contratação

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **30 (trinta) placas de homenagem, 30 (trinta) estojos revestidos em veludo preto**, visando entrega aos servidores aposentados em 2024, da SR/PF/BA e Delegacias Descentralizadas; e aquisição de **01 (uma) placa de inauguração** para o novo posto de atendimento da PF, no Shopping Paralela, em Salvador/BA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|--|-------------------|--------|----------------|--------------|
| 1 | <p>Placas em aço inoxidável, tamanho 23x15 cm, com gravação em alto relevo ou gravação em UV;</p> <p>Estojo em veludo preto, auto-expositor, tamanho 28x20cm.</p> <p>Grafia dos textos a ser definida pela Contratante após contratação do fornecedor.</p> | Unidade | 30 | R\$ 257,39 | R\$ 7.721,70 |
| | | | | | |

| | | | | | |
|---|--|---------|----|-----------------|-----------------|
| 2 |  <p>Placa de inauguração com as seguintes especificações:</p> <p>Altura Total: 800mm Comprimento Total: 500mm A – Base, medindo 800x500mm, em aço inox polido 2mm calandrado com acabamento nas bordas. B - Placa, medindo 600x400mm, em alumínio 3mm escovado e anodizado com impressão em serigrafia. C – Base de fixação, em MDF 25mm, laqueado, recortado por computador. Fixação: Contraposta.</p> <p>Os textos deverão ser centralizados pelo eixo do Brasão das Armas.</p> <p>Grafia dos textos a ser definida pela Contratante após contratação do fornecedor.</p> | Unidade | 01 | R\$ 2.085,91 | R\$ 2.085,91 |
|---|--|---------|----|-----------------|-----------------|

1.1.1 Seguem, em anexo, fotos de modelos dos instrumentos e Manual de Comunicação Visual da PF (especificações da placa de inauguração estão nas páginas 47 e 48).

1.1.2 A entrega dos materiais deverá ser realizada na Superintendência Regional da Polícia Federal na Bahia, sediada na Av. Engenheiro Oscar Pontes, 339 - Água de Meninos, Salvador - BA, 40460-001.

1.1.3 O valor da proposta deve incluir o preço do frete.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados da emissão da Nota de Empenho ou da entrega total dos objetos, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação será incluído de forma extemporânea no Plano de Contratações Anual 2024.

3. Descrição da solução como um todo

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens do item 1 - 30 (trinta) placas de homenagem e 30 (trinta) estojos revestidos em veludo preto, é até o dia 08/11/2024, em remessa única.

5.2. O prazo de entrega do bem do item 2 - 01 (uma) Placa de inauguração, é até o dia 20/12/2024, em remessa única.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Superintendência Regional da Polícia Federal na Bahia - Av. Engenheiro Oscar Pontes, 339 - Água de Meninos, Salvador - BA, 40460-001.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.14. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.17. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.18. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 14 (quatorze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 7 (sete) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação com disputa, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado, devendo a entrega dos bens do item 1 - 30 (trinta) placas de homenagem e 30 (trinta) estojos revestidos em veludo preto, até o dia 08/11/2024, em remessa única. Já a entrega do bem do item 2 - 01 (uma) Placa de inauguração, até o dia 20/12/2024, em remessa única.

Exigências de habilitação

8.3. *Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:*

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

1.

8.4. *A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.*

8.5. *Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.*

8.6. *A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.*

8.7. *O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.*

8.8. *Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.*

8.9. *É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.*

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.14. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.15. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.17. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.19. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.21. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.22. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.23. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.24. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.25. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.26. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.27. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.28. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.29. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.30. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.31. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.32. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.33. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 9.807,61

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 9.807,61 (nove mil, oitocentos e sete reais e sessenta e um centavos), conforme custos unitários apostos no item 1 deste Termo de Referência.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados com recursos próprios do orçamento da Polícia Federal.

10.2. A contratação será atendida por dotação orçamentária a ser informada pelo Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal na Bahia.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDREIA GRASIELE DA COSTA SILVA

Responsável pela Demanda



Assinou eletronicamente em 24/09/2024 às 15:21:43.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Manual_DPF_Visual_Preto - FINAL.pdf (5.25 MB)
- Anexo II - Placa de inauguracao frente.jpeg (168.0 KB)
- Anexo III - Placa de inauguracao lado.jpeg (156.74 KB)
- Anexo IV - Placa homenagem.jpeg (120.0 KB)

Anexo I - Manual_DPF_Visual_Preto - FINAL.pdf

MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO E COMUNICAÇÃO VISUAL

PARA EDIFICAÇÕES



POLÍCIA FEDERAL

APRESENTAÇÃO

A comunicação visual tem por objetivo comunicar de forma rápida e precisa. O trabalho aqui apresentado busca - utilizando-se de imagens, símbolos e desenhos - comunicar nas edificações com seus usuários, transmitindo os conceitos de seriedade, modernidade e eficiência conquistados pela Polícia Federal e reconhecidos por toda sociedade, cliente maior desta instituição.

Este Manual de Comunicação Visual visa instituir em todas as instalações da Polícia Federal do país uma nova identidade gráfica que traduza as características aqui citadas, refletindo maior proximidade com a sociedade.

Aliado à criação dessa nova identidade visual para o órgão, atende também aos parâmetros técnicos de acessibilidade universal estabelecidos pela NBR 9050/2004 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Elaborado em conjunto pelas divisões de Engenharia e Arquitetura - DEA/CGPLAM/DLOG/PF e de Organização e Métodos - DOM/CGPLAM/DLOG/PF, da Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização, da Diretoria de Administração e Logística Policial da Polícia Federal, este Manual tem por objetivo padronizar a comunicação visual da Polícia Federal em todo o país, uniformizando soluções e conceitos, de modo a identificar com facilidade as instalações e circulações das edificações e orientar servidores e usuários externos.

As diretrizes indicadas neste manual deverão ser obrigatoriamente adotadas nas novas unidades e, quando possível, nas demais instalações da Polícia Federal de forma a garantir a uniformidade da comunicação visual do órgão, padronizando-a. Caberá ainda às unidades, antes da contratação de sinalização para suas instalações, entrar em contato com a Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização - CGPLAM/DLOG/PF em Brasília para análise e aprovação dos leiautes de Comunicação Visual propostos.

| | |
|----------------------------------|----|
| Emblema..... | 04 |
| Versões..... | 05 |
| Proporções..... | 06 |
| Código | |
| Cromático..... | 07 |
| Tipologia..... | 08 |
| Identificação de Fachadas..... | 09 |
| Pictografia..... | 13 |
| Incêndio..... | 14 |
| Rotas de Fuga..... | 15 |
| Fixação de Sinalização..... | 17 |
| Sinalização Externa..... | 19 |
| Totem Horizontal..... | 20 |
| Totem Vertical 1..... | 21 |
| Totem Vertical 2..... | 22 |
| Direcional Pedestres..... | 23 |
| Direcional Trânsito..... | 24 |
| Sinalização Interna..... | 25 |
| Direcional Aéreo..... | 26 |
| Placa Aérea..... | 27 |
| Placa de Sala..... | 28 |
| Placa de Andar..... | 29 |
| Placa de Serviço..... | 30 |
| Placa de Sanitário..... | 31 |
| Instalação das Placas..... | 32 |
| Sinalização de Emergência..... | 33 |
| Rotas de Fuga..... | 33 |
| Equipamento Contra Incêndio..... | 34 |
| Galeria de valores..... | 35 |
| Configuração 1..... | 36 |
| Configuração 2..... | 37 |
| Bandeira da PF..... | 38 |
| Emblema da PF..... | 39 |
| Hino da PF..... | 40 |
| Juramento da PF..... | 41 |
| Oração do Policial Federal..... | 42 |
| Preceitos Éticos..... | 43 |
| Galeria de Dirigentes..... | 44 |
| Sinalização de inauguração..... | 46 |
| Placa de Inauguração..... | 47 |
| Painel de inauguração..... | 48 |

EMBLEMA



O emblema da Polícia Federal – símbolo representativo do órgão, instituído pelo Decreto nº 98.380, de 09 de novembro de 1989, traduz, em suas formas e cores, coragem, esforço, firmeza, fé, dentre outros valores, e deve ser fielmente reproduzido de forma que seu uso adequado garanta-lhe boa memorabilidade, respeito e legitimidade.

EMBLEMA - Versões -

Versão colorida



Versão tons de cinza



Versão traço



EMBLEMA - Proporções -

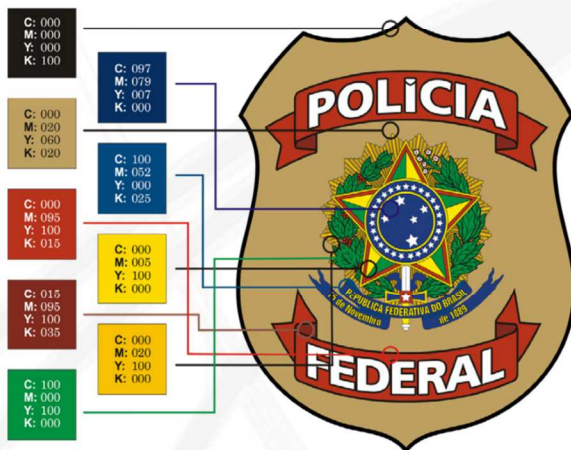


EMBLEMA

- Código Cromático -

CMYK é um sistema de cores que, combinadas entre si, podem gerar milhares de novas cores. Comumente chamado de policromia deve ser utilizado como padrão para impressão e trabalhos gráficos.

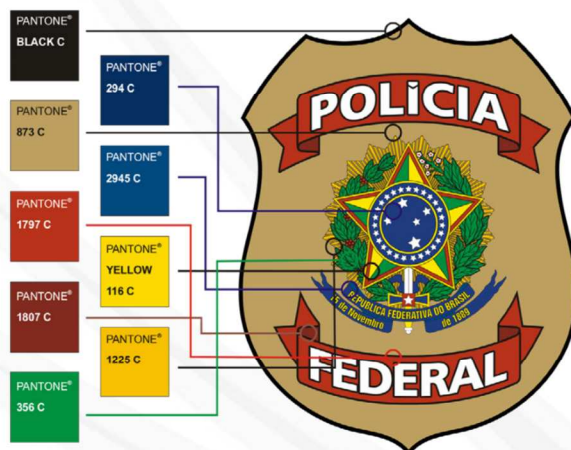
A correta utilização das cores é fundamental para a manutenção do padrão do Emblema.



CMYK: Cyan (ciano), Magenta (magenta), Yellow (amarelo), Black (preto)

O Guia Pantone® é uma tabela de cores padrão universal utilizado na indústria gráfica. Cada cor existente nesse guia é identificado por seu nome ou número.

A versão do Emblema em cores da escala Pantone® deve ser utilizada em métodos de impressão em que o padrão CMYK não obtiver o resultado satisfatório.



TIPOLOGIA

O texto “POLÍCIA FEDERAL”, quando ocorrer em sinalizações, deverá ser sempre escrito com todas as letras em caixa alta, na fonte **ARIAL BLACK**:

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S
T U V W X Y Z

Em todos os demais textos das sinalizações internas e externas deverá ser utilizada a fonte ARIAL NARROW:

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z
a b c d e f g h i j k l m n o p q r s t u v w x y z
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

IDENTIFICAÇÃO DE FACHADAS

Em razão da grande diversidade de modelos e tamanhos de fachadas de edifícios da Polícia Federal, bem como das peculiaridades das instalações físicas do órgão, apresentamos a seguir diversas opções de identificação de fachadas.

Deverá ser selecionado o modelo que melhor se adeque ao espaço disponível, obedecendo às proporções e características técnicas definidas.

Características Técnicas:

A - Chapa de alumínio composto prata com grafismo em serigrafia e logomarca recortada por computador, com aplicação de acrílico 20mm.

IDENTIFICAÇÃO DE FACHADAS



POLÍCIA FEDERAL

PLACA 400cm X 76cm



POLÍCIA FEDERAL

PLACA 300cm X 57cm



POLÍCIA FEDERAL

PLACA 200cm X 38cm

IDENTIFICAÇÃO DE FACHADAS



**POLÍCIA
FEDERAL**

PLACA 260cm X 100cm



**POLÍCIA
FEDERAL**

PLACA 130cm X 50cm

IDENTIFICAÇÃO DE FACHADAS

**POLÍCIA
FEDERAL**



PLACA 190cm X 170cm

**POLÍCIA
FEDERAL**



PLACA 95cm X 85cm

PICTOGRAFIA

A pictografia é o sistema de escrita pelo qual ideias e objetivos são transmitidos por meio de desenhos.

Desta forma, a fim de mantermos a padronização de comunicação visual, deverão ser adotados os modelos de placas a seguir apresentados.

As placas apresentadas não formam um rol exaustivo, de modo que, havendo necessidade de modelo não apresentando neste Manual, deverá ser apresentada a demanda à CGPLAM/DLOG/PF.

PICTOGRAFIA



A - Sanitário Masculino



B - Sanitário Masculino
PPNE



C - Sanitário feminino



D - Sanitário Feminino
PPNE



E - Sanitário Unissex



F - PPNE



G - Sanitário Familiar



H - Vestiário Masculino



I - Vestiário Feminino



J - Vestiário Unissex



K - Fraldário



L - Copa



M - Restaurante



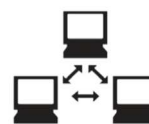
N - Lanchonete



O - DML



P - Elevadores



Q - Telemática



R - Ar Condicionado



S - Depósito



T - Casa de Máquinas



U - Casa de Bombas



V - Caixa D'água



X - Estande de Tiro

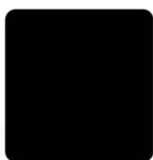


Z - Canil

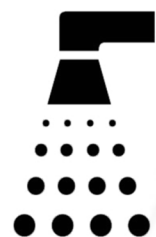
PICTOGRAFIA - Incêndio -



ALARME DE
INCÊNDIO



BOMBA DE
INCÊNDIO



PICTOGRAFIA

PICTOGRAFIA

- Rotas de Fuga -

PORTA CORTA-FOGO
mantenha fechada



 APERTE E
EMPURRE



2ºSS



SAÍDA



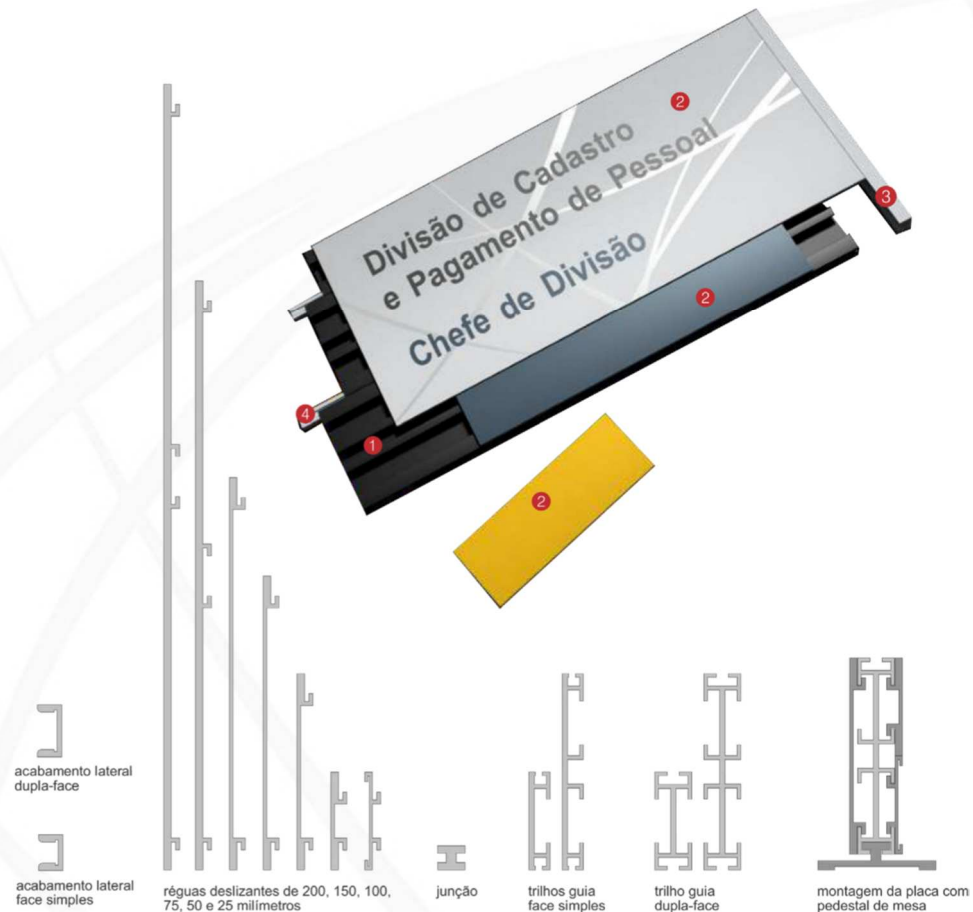
CO DE SINALIZAÇÃO

FIXAÇÃO DE SINALIZAÇÃO

A padronização da comunicação visual inclui também a forma de fixação de seus elementos sinalizadores. Por isso, indicamos a seguir os modelos de fixadores que deverão ser utilizados e suas características técnicas.

Deverá ser utilizado um sistema em alumínio extrudado e anodizado com réguas removíveis, e composto por módulos confeccionados em perfis de alumínio. Esses perfis, que se encaixam perfeitamente uns aos outros, formam um conjunto que permite o intercâmbio de placas especialmente projetadas para esse fim, proporcionando agilidade e facilidade de estruturação e reorganização de informações.

SINALIZAÇÃO EXTERNA



Sistema em alumínio extrudado e anodizado com réguas removíveis:

No sistema as peças são tratadas quimicamente, recebendo acabamento em pintura automotiva de alta qualidade e resistência, com impressão de informações em serigrafia ou aplicação em acrílico recortado a laser.

01 - Trilho guia extrudado em alumínio anodizado na cor preta, com ressaltos que possibilitam o encaixe de réguas. Ressaltos nos dois lados na versão dupla face, e ressaltos em apenas um dos lados na versão de uma face.

02 - Réguas deslizantes extrudadas em alumínio anodizado com ressaltos que se encaixam perfeitamente nos referidos trilhos. Largura padrão de 25, 50, 75, 100, 150 e 200 milímetros. As réguas funcionam como base da sinalização, isto é, as informações serão aplicadas nas referidas réguas.

03 - Acabamento lateral extrudado em alumínio anodizado em formato de “U”, com as bordas arredondadas na horizontal. Este componente é utilizado como peça de acabamento para fechar os quadros e placas, compondo o sistema.

04 - Junção em alumínio extrudado.

SINALIZAÇÃO EXTERNA

Os elementos de sinalização externa, a seguir apresentados, serão utilizados como identificadores do Órgão e deverão ser escolhidos e adotados conforme as especificidades da edificação e do projeto de comunicação visual desenvolvido para a unidade, ou seja, no que tange aos totens, apenas um modelo deverá ser utilizado.

- Totem Horizontal -

- Totem Vertical 1 -

- Totem Vertical 2 -

- Direcional Pedestres -

- Direcional Trânsito -

SINALIZAÇÃO EXTERNA - Totem Horizontal -



O totem horizontal é uma alternativa, prioritária, para a identificação externa de edifícios da Polícia Federal, onde haja espaço para sua fixação sem o comprometimento de outras existentes.

Características Técnicas:

Altura Total: 1560mm

Comprimento Total: 5000mm

A - Estrutura interna, medindo 1200x5000mm em perfil de aço enrijecido 150x150mm pintado de cinza.

B - Módulo, medindo 1200x5000mm, com estrutura interna em tubo de aço 50x50mm, fechamento por chapa Alumínio composto prata, com grafismo em serigrafia e logomarca recortada por computador, com aplicação de acrílico 20mm e iluminação interna.

C - Lateral de fixação, medindo 1500x200x350mm com estrutura interna em aço enrijecido e acabamento em inox escovado.

Fixação: Por meio de fundação, medindo 350x550x5200mm, e sapatas.

SINALIZAÇÃO EXTERNA - Totem Vertical 1 -



O totem vertical é alternativa para identificação externa dos edifícios em que não haja espaço para utilização do totem horizontal

Características Técnicas:

Altura Total: 5260mm

Comprimento Total: 1200mm

A - Estrutura interna em tubo de aço 50x50mm e postes de fixação em perfil enrijecido 100x100mm, com sapatas de fixação. Pintura em Hammerite prata.

B - Chapa de fechamento medindo 5000x1100mm, em alumínio composto prata, com logomarca recortada por computador, com aplicação de acrílico black/white, e iluminação interna.

C - Acabamento lateral em perfil de alumínio extrudado.

D - Tampa superior em acrílico 10mm, recortado a laser.

Fixação: Por meio de fundação e sapatas.

SINALIZAÇÃO EXTERNA - Totem Vertical 2 -



O totem vertical, versão 2, deverá ser utilizado como última alternativa para a identificação externa, apenas onde não seja possível a utilização do totem horizontal ou o totem vertical versão 1.

Características Técnicas:

Altura Total: 3060mm

Comprimento Total: 1200mm

A - Estrutura interna em tubo de aço 50x50mm e postes de fixação em perfil enrijecido 100x100mm com sapatas de fixação. Pintura em Hammerite prata.

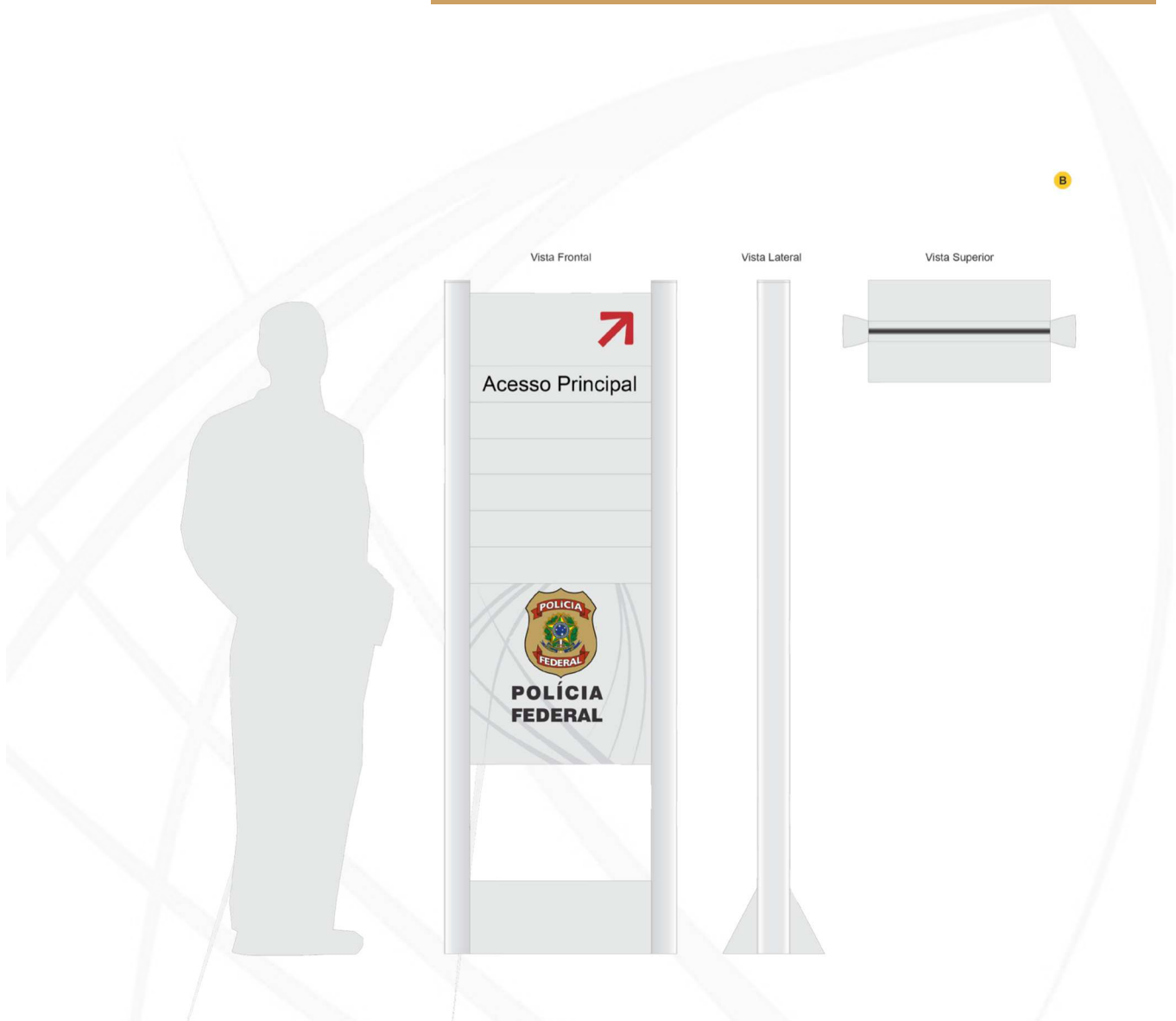
B - Chapa de fechamento, medindo 3000x1100mm em alumínio composto, prata, com logomarca recortada por computador, com aplicação de acrílico black/white e iluminação interna.

C - Acabamento lateral em perfil de alumínio extrudado.

D - Tampa superior em acrílico 10mm, recortado a laser.

Fixação: Por meio de fundação e sapatas.

SINALIZAÇÃO EXTERNA - Direcional Pedestres -



Características Técnicas:

Altura Total: 1850mm

Comprimento Total: 840mm

A - Painel, medindo 1300x500mm em perfil de alumínio extrudado e anodizado (ver detalhe no item 7 deste manual). Régua em anodizado fosco, com impressão em serigrafia. Logomarca e seta em acrílico 5mm, recortado a laser.

B - Tubos laterais em perfil de alumínio extrudado e anodizado fosco (ver detalhe no item 7 deste manual).

C - Base de fixação, em aço galvanizado #20, com estrutura interna em tubo de aço. Pintura em prata.

Fixação: Autoportante ou chumbado ao chão por meio de sapatas.

SINALIZAÇÃO EXTERNA - Direcional Trânsito -



Características Técnicas:

Altura Total: 1510mm

Comprimento Total: 1117mm

A - Estrutura de fixação, em tubo de aço 50x50mm, com pintura em Hammerite prata. Painel modular, medindo 1200x1017 mm em alumínio extrudado, com réguas removíveis. Pintura automotiva prata, impressão e aplicação e verniz semibrilho antipichação.

B - Régua medindo 200x800mm

C - Régua medindo 200x200mm

D - Régua medindo 200x1000mm

E - Acabamento lateral, quadrado, medindo 1200x8,5mm

F - Acabamento inferior, medindo 250x1017mm, em chapa de aço inox polido.

Fixação: Por meio de fundação e sapatas.

SINALIZAÇÃO INTERNA

A seguir apresentamos o padrão de placas e sistemas de fixação a serem utilizados na sinalização interna dos prédios da Polícia Federal.

- Direcional Aéreo -

- Placa Aérea -

- Placa de Sala -

- Placa de Andar -

- Placa de Serviço -

- Placa de Sanitário -

- Instalação das Placas

SINALIZAÇÃO INTERNA - Direcional Áereo -



Características Técnicas:

Altura Total: 225mm

Comprimento Total: 1417mm

Material: Sistema de sinalização arquitetônica em alumínio extrudado e anodizado, com réguas removíveis e impressão em serigrafia. Dupla-face, com instalação aérea, por meio de hastes em aço inox torneado.

A – Régua medindo 75x700mm

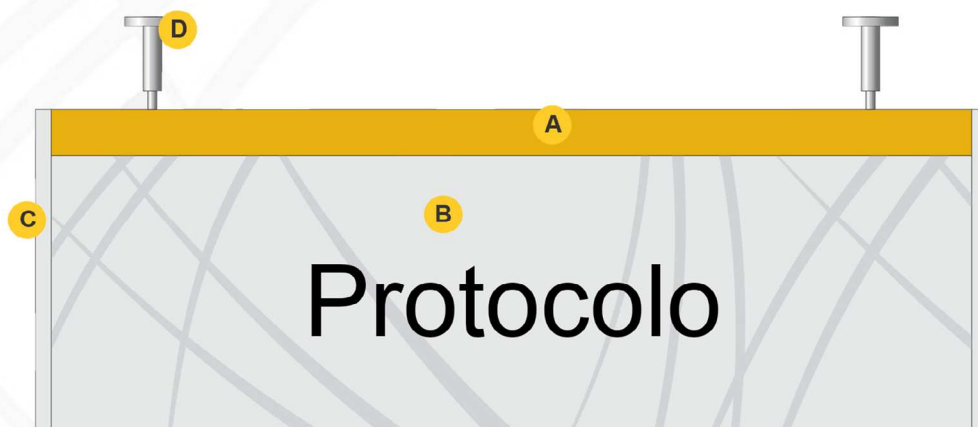
B - Régua medindo 75x700mm

C - Acabamento lateral medindo 225x8,5mm

D – Haste de fixação, em aço inox torneado, de 10mm de diâmetro com 50mm de altura.

Fixação: Aérea.

SINALIZAÇÃO INTERNA - Placa Aérea -



Características Técnicas:

Altura Total: 175mm

Comprimento Total: 517mm

Material: Sistema de sinalização arquitetônica em alumínio extrudado e anodizado, com réguas removíveis e impressão em serigrafia. Dupla-face, com instalação aérea, por meio de hastes em aço inox torneado.

A – Régua medindo 25x500mm

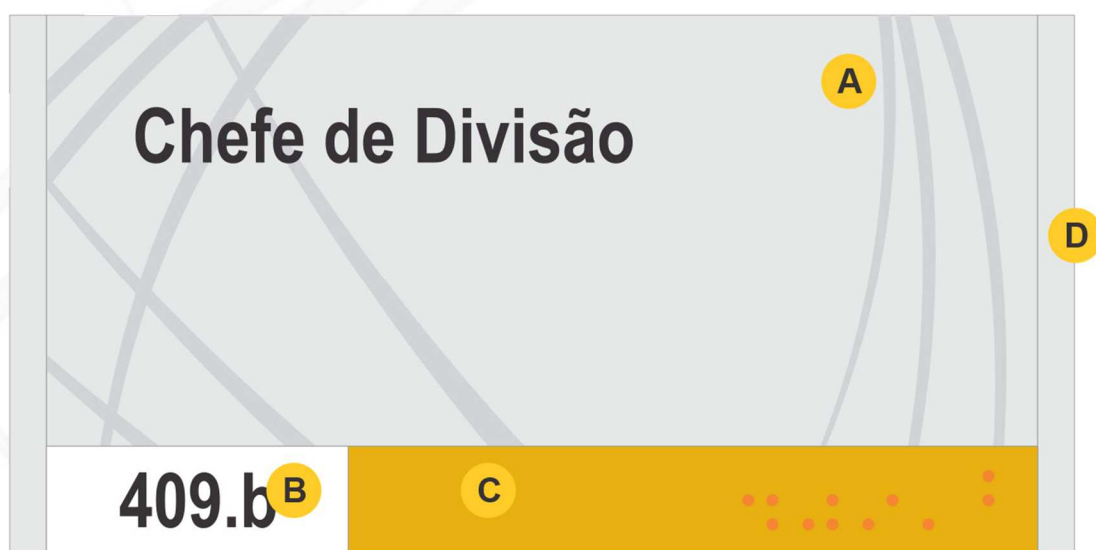
B - Régua medindo 150x500mm

C - Acabamento lateral medindo 175x8,5mm

D – Haste de fixação, em aço inox torneado, de 10mm de diâmetro com 50mm de altura.

Fixação: Aérea.

SINALIZAÇÃO INTERNA - Placa de Sala -



Características Técnicas:

Altura Total: 125mm

Comprimento Total: 247mm

Material: Placa em acrílico e modo em sistema de sinalização arquitetônica em alumínio extrudado com régua removíveis.

A – Régua anodizada fosca, medindo 100x230mm com impressão em serigrafia.

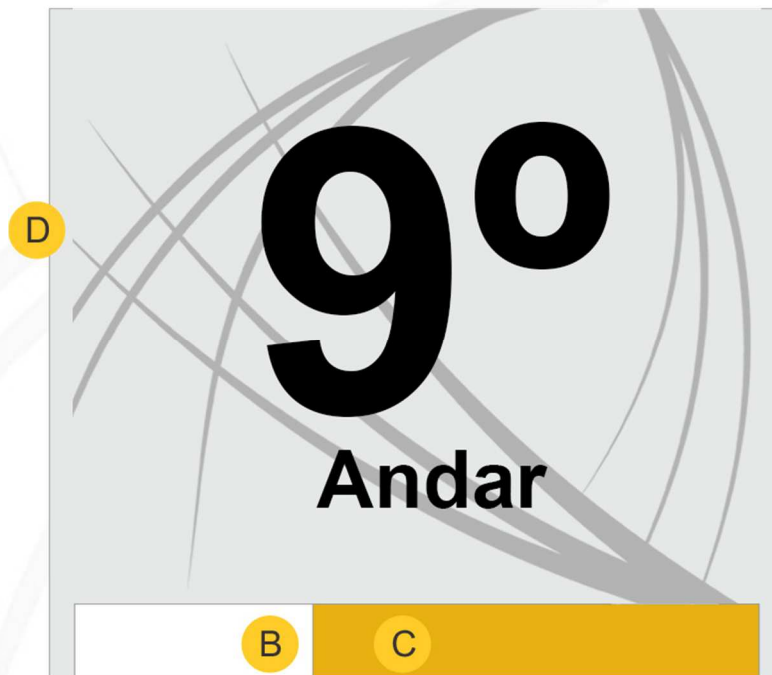
B - Régua medindo 25x70mm, com pintura automotiva, aplicação de verniz semibrilho e impressão em serigrafia.

C - Régua medindo 25x160mm, com pintura automotiva, aplicação de verniz semibrilho e impressão em braile

D – Acabamento lateral, modelo quadrado anodizado fosco, medindo 125x8,7mm.

Fixação: Contraposta.

SINALIZAÇÃO INTERNA - Placa de Andar -



Características Técnicas:

Altura Total: 125mm

Comprimento Total: 247mm

Material: Placa em acrílico e modo em sistema de sinalização arquitetônica em alumínio extrudado com régua removíveis.

A – Régua anodizada fosca, medindo 100x230mm com impressão em serigrafia.

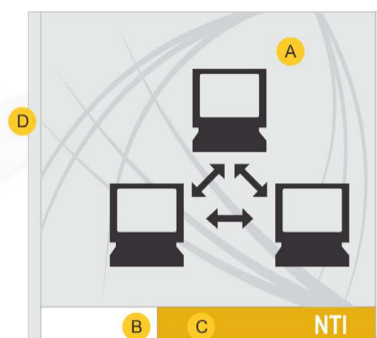
B - Régua medindo 25x70mm, com pintura automotiva, aplicação de verniz semibrilho e impressão em serigrafia.

C - Régua medindo 25x160mm, com pintura automotiva, aplicação de verniz semibrilho e impressão em braile

D – Acabamento lateral, modelo quadrado anodizado fosco, medindo 125x8,7mm.

Fixação: Contraposta.

SINALIZAÇÃO INTERNA - Placa de Serviço -



Características Técnicas:

Altura Total: 225mm

Comprimento Total: 247mm

Material: Módulo em sistema de sinalização arquitetônica em alumínio extrudado com réguas removíveis.

A – Régua anodizada fosca, medindo 200x230mm com impressão em serigrafia. Pictograma em acrílico 2mm, recortado a laser.

B - Régua medindo 25x70mm, com pintura automotiva, aplicação de verniz semibrilho e impressão em braile.

C - Régua medindo 25x160mm, com pintura automotiva, aplicação de verniz semibrilho e impressão em serigrafia.

D – Acabamento lateral, modelo quadrado anodizado fosco, medindo 125x8,7mm.

Fixação: Contraposta.

SINALIZAÇÃO INTERNA - Placa de Sanitário -



Características Técnicas:

Altura Total: 125mm

Comprimento Total: 247mm

Material: Placa em acrílico e modo em sistema de sinalização arquitetônica em alumínio extrudado com réguas removíveis.

A – Régua anodizada fosca, medindo 100x230mm com impressão em serigrafia.

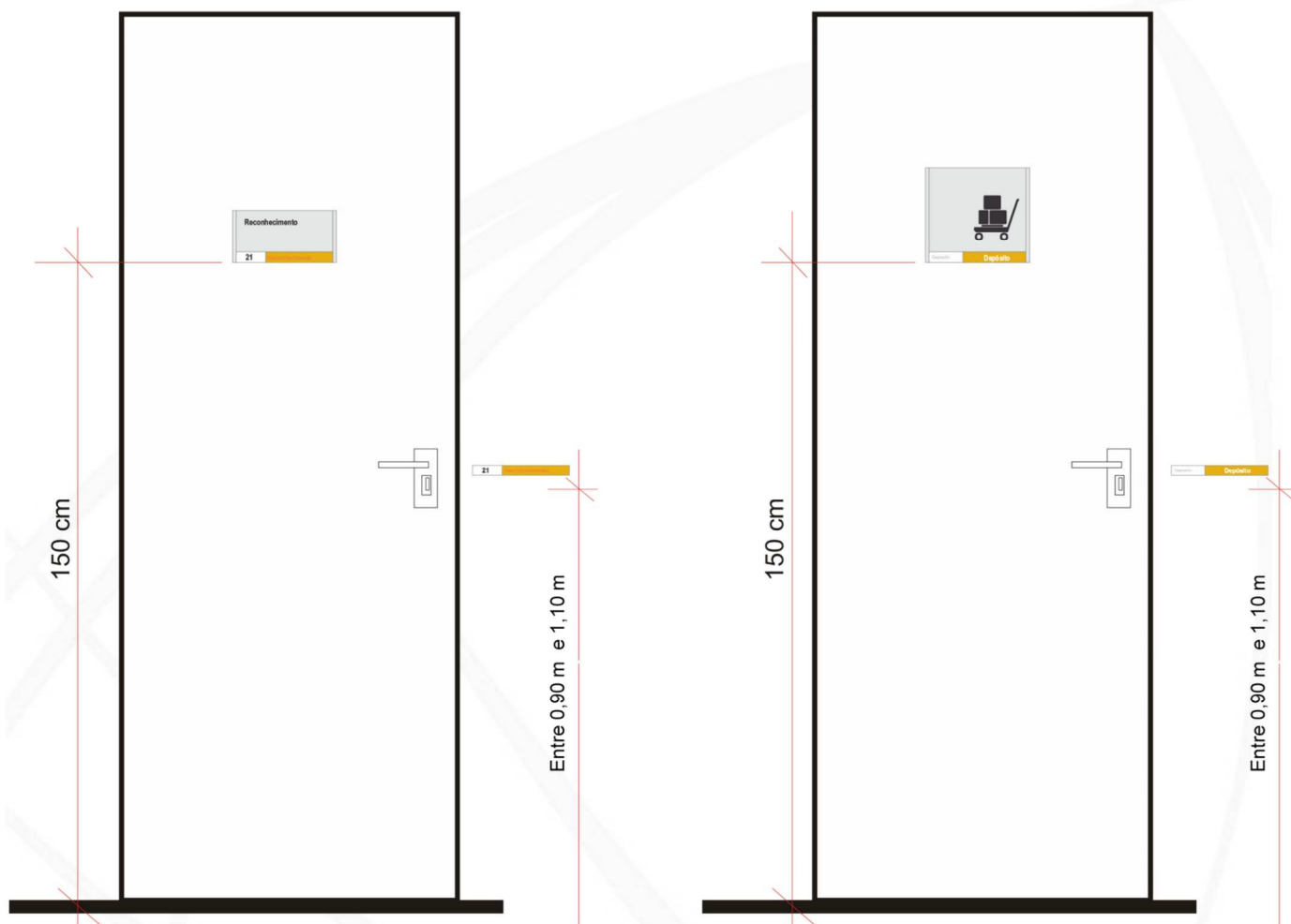
B - Régua medindo 25x70mm, com pintura automotiva, aplicação de verniz semibrilho e impressão em serigrafia.

C - Régua medindo 25x160mm, com pintura automotiva, aplicação de verniz semibrilho e impressão em braile.

D – Acabamento lateral, modelo quadrado anodizado fosco, medindo 125x8,7mm.

Fixação: Contraposta.

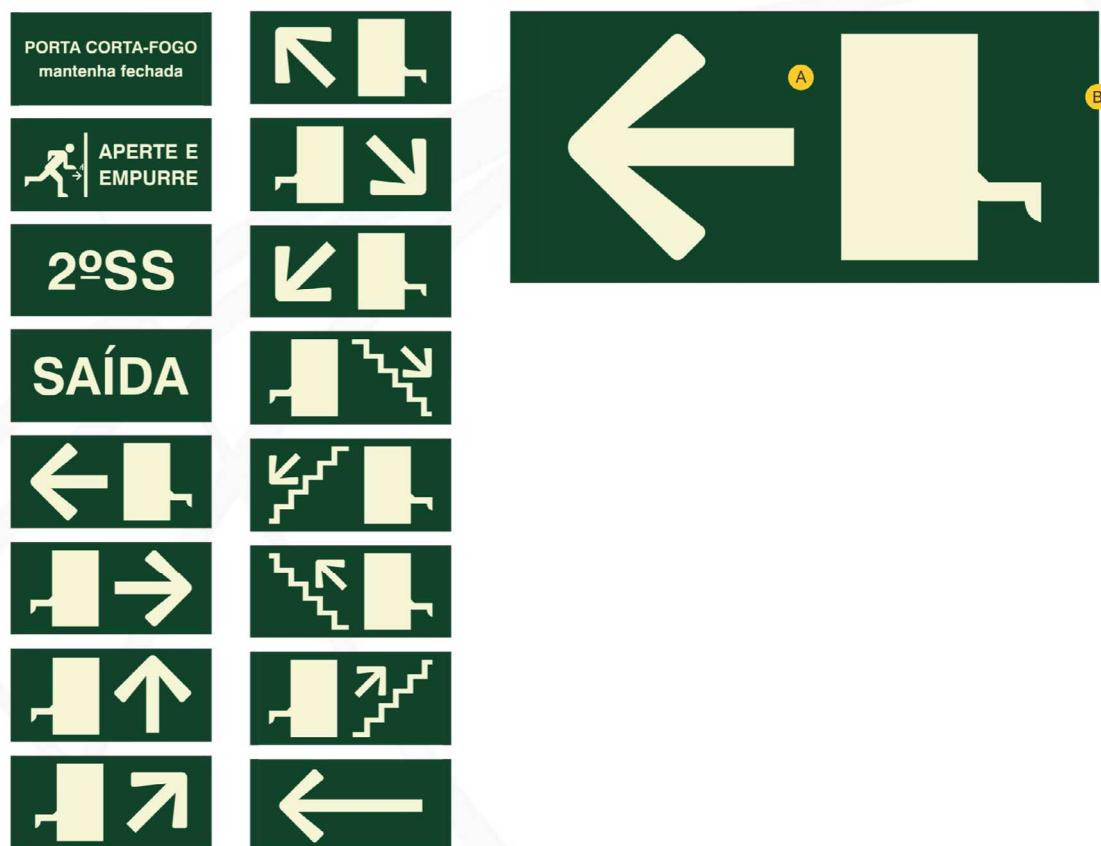
SINALIZAÇÃO INTERNA - Instalação das Placas -



A placa com a identificação da sala deve ser instalada de forma centralizada na porta, com a borda inferior a 1,50m do piso.

Ao lado da porta, no lado da maçaneta, deverá ser instalada a régua com a impressão em braile, com a borda inferior a uma altura entre 0,90 e 1,10m, ocupando área a uma distância do batente entre 0,15 e 0,45m.

SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA - Rotas de Fuga -



Características Técnicas:

Altura Total: 100mm

Comprimento Total: 217mm

Material: Sistema de sinalização arquitetônica em alumínio extrudado com réguas removíveis e impressão em serigrafia com tinta fotoluminescente.

A – Régua medindo 100x200mm com pintura automotiva, aplicação de verniz semibrilho e impressão em serigrafia.

B - Acabamento lateral com pintura automotiva e aplicação de verniz semibrilho, medindo 100x8,5mm.

Fixação: Contraposta.

SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA - Equipamento contra Incêndio -



Características Técnicas:

Altura Total: 150mm

Comprimento Total: 147mm

Material: Sistema de sinalização arquitetônica em alumínio extrudado com régua removíveis e impressão em serigrafia com tinta fotoluminescente.

A – Régua medindo 150x130mm com pintura automotiva, aplicação de verniz semibrilho e impressão em serigrafia.

B - Acabamento lateral com pintura automotiva e aplicação de verniz semibrilho, medindo 150x8,5mm.

Fixação: Contraposta.

GALERIA DE VALORES

A Galeria de Valores, instituída pela Instrução Normativa nº 05-DG/DPF, de 14 dezembro de 1999, tem por finalidade apresentar os símbolos da PF e valores éticos e morais do policial federal, é composta por 6 peças:

Bandeira: símbolo maior do órgão. Representada pela cor azul-celeste, simboliza transparência, serenidade, disciplina e união dos integrantes do DPF para defenderem os mais nobres interesses e elevados ideais da pátria.

Emblema: símbolo representativo do órgão. A cor ouro simboliza fé, fortaleza, constância, firmeza, poder e autoridade, propósitos maiores dos integrantes do DPF e a vermelha, ousadia, coragem, esforço e segurança.

Hino: símbolo de exaltação do órgão, é o poema composto pela letra do Dr. Eugênio Lapagesse e pela música do Cap. PM Natanael Vianna de Aguiar. O Hino do DPF será sempre executado na forma solene, devendo os seus servidores presentes permanecerem perfilados, em atitude de respeito.

Juramento: o Juramento do Policial Federal será declarado, no momento da posse, em ato solene, com os servidores em pé, em atitude de respeito, com o braço direito estendido horizontalmente à frente do corpo, mão aberta, dedos unidos, palma para baixo, perante a Bandeira Nacional, em voz alta e pausada, acompanhado, se houver, por todos os servidores.

Preceitos Éticos: os Preceitos Éticos do Policial Federal serão assunto de apreciação e orientação do Conselho de Ética e Disciplina - CED.

Oração do Policial Federal: será invocada durante a celebração de atos religiosos e ecumênicos, promovidos pelo Órgão, e sempre que o policial federal demonstrar interesse.

A seguir apresentamos os modelos e características técnicas para a fixação e utilização da Galeria de Valores, considerando a inexistência de hierarquia entre os valores acima expostos, de modo a padronizar a comunicação visual, dando-lhe uma configuração mais moderna e atual, representando todo o avanço e progresso obtido pela Polícia Federal nos seus anos de existência.

Em função de espaço disponível no hall principal da edificação, poderá ser disposta em dois arranjos distintos, a seguir demonstrados, priorizando, sempre que possível, a configuração 2.

GALERIA DE VALORES

- Configuração 1 -



Características Técnicas:

Altura Total: 1900mm

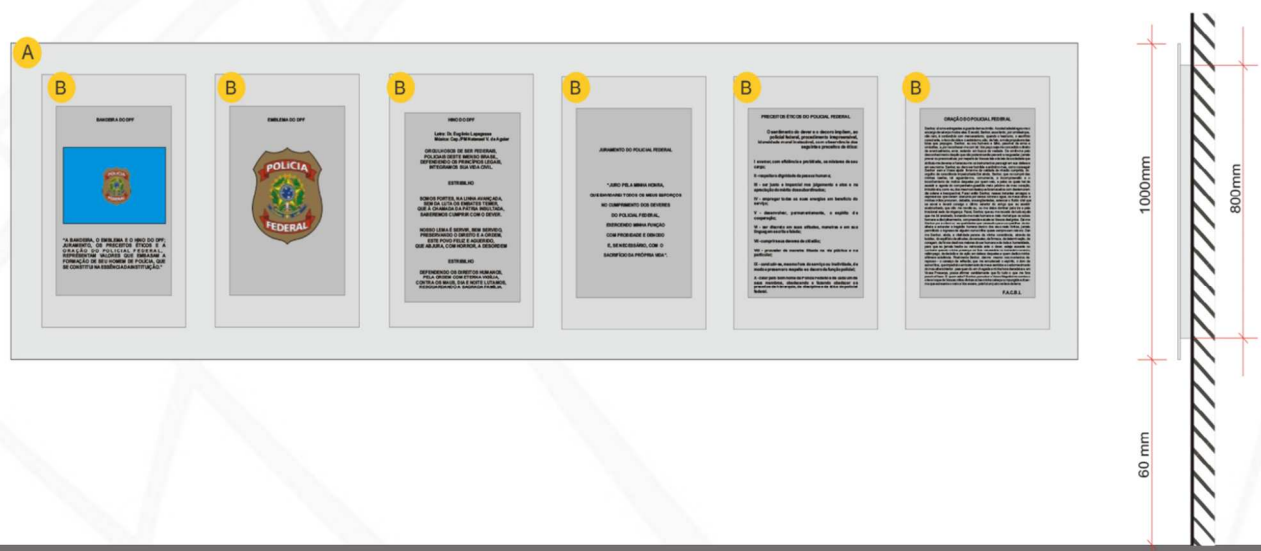
Comprimento Total: 1900mm

A – Painel, medindo 1900x1900mm, em alumínio composto sobre base em MDF branco. Instalado a 100mm da parede.

B – Placas medindo 800x500mm, separadas 100mm entre si, tanto na vertical quanto na horizontal.

Fixação: Contraposta.

GALERIA DE VALORES - Configuração 2 -



Características Técnicas:

Altura Total: 1000mm

Comprimento Total: 3700mm

A – Painel, medindo 3700x1000mm, em alumínio composto sobre base em MDF branco. Instalado a 100mm da parede.

B – Placas medindo 800x500mm, separadas 100mm entre si, tanto na vertical quanto na horizontal.

Fixação: Contraposta.

GALERIA DE VALORES - Bandeira da PF -



Características Técnicas:

Altura Total: 800mm

Comprimento Total: 500mm

A – Base, medindo 800x500mm, em aço inox polido 2mm calandrado com acabamento nas bordas.

B - Placa, medindo 600x400mm, em alumínio 3mm escovado e anodizado com impressão em serigrafia.

C – Base de fixação, em MDF 25mm, laqueado, recortado por computador.

D – Emblema em alto relevo e pintado.

Fixação: Contraposta.

GALERIA DE VALORES - Bandeira da PF -



Características Técnicas:

Altura Total: 800mm

Comprimento Total: 500mm

A – Base, medindo 800x500mm, em aço inox polido 2mm calandrado com acabamento nas bordas.

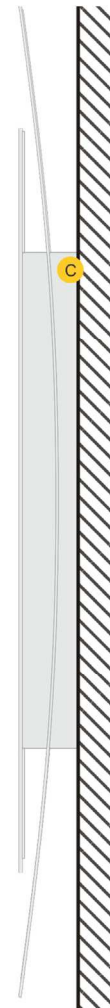
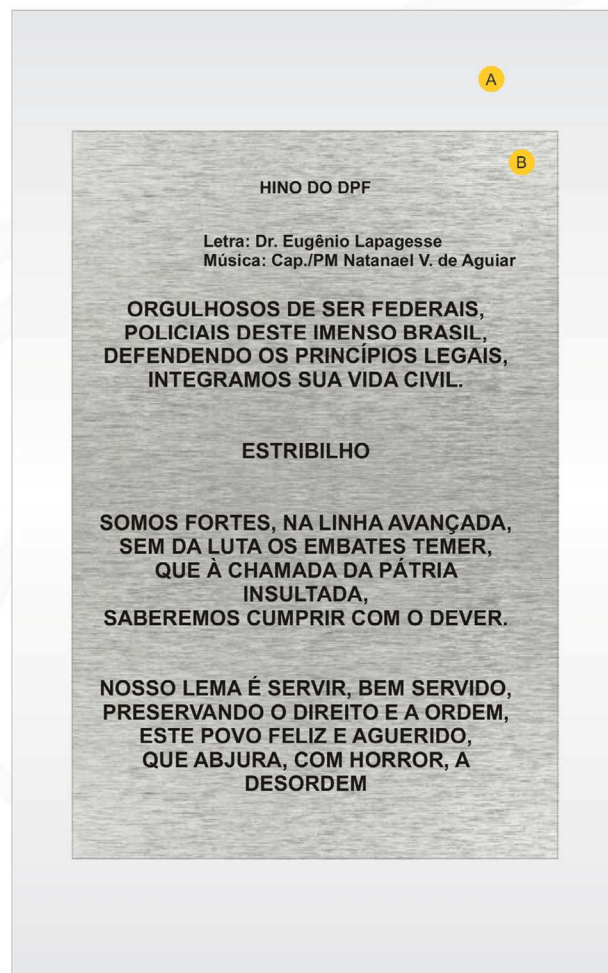
B - Placa, medindo 600x400mm, em alumínio 3mm escovado e anodizado com impressão em serigrafia.

C – Base de fixação, em MDF 25mm, laqueado, recortado por computador.

D – Emblema em alto relevo e pintado.

Fixação: Contraposta.

GALERIA DE VALORES - Hino da PF -



Características Técnicas:

Altura Total: 800mm

Comprimento Total: 500mm

A – Base, medindo 800x500mm, em aço inox polido 2mm calandrado com acabamento nas bordas.

B - Placa, medindo 600x400mm, em alumínio 3mm escovado e anodizado com impressão em serigrafia.

C – Base de fixação, em MDF 25mm, laqueado, recortado por computador.

D – Texto em fonte **Arial Black**, distribuído na placa, nos moldes apresentados na figura acima.

Fixação: Contraposta.

GALERIA DE VALORES - Juramento do Policial Federal -



Características Técnicas:

Altura Total: 800mm

Comprimento Total: 500mm

A – Base, medindo 800x500mm, em aço inox polido 2mm calandrado com acabamento nas bordas.

B - Placa, medindo 600x400mm, em alumínio 3mm escovado e anodizado com impressão em serigrafia.

C – Base de fixação, em MDF 25mm, laqueado, recortado por computador.

D – Texto em fonte **Arial Black**, distribuído na placa, nos moldes apresentados na figura acima.

Fixação: Contraposta.

GALERIA DE VALORES

- Oração do Policial Federal -



Características Técnicas:

Altura Total: 800mm

Comprimento Total: 500mm

A – Base, medindo 800x500mm, em aço inox polido 2mm calandrado com acabamento nas bordas.

B - Placa, medindo 600x400mm, em alumínio 3mm escovado e anodizado com impressão em serigrafia.

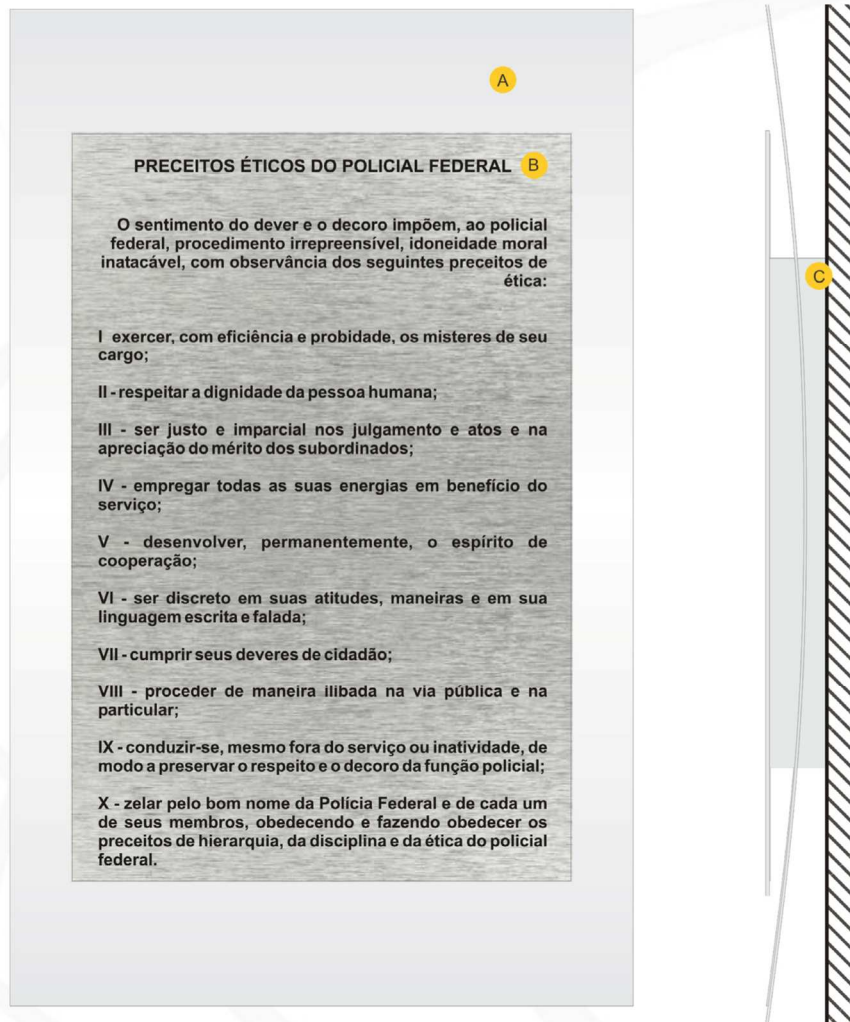
C – Base de fixação, em MDF 25mm, laqueado, recortado por computador.

D – Texto em fonte Arial Narrow, distribuído na placa, nos moldes apresentados na figura acima.

Fixação: Contraposta.

GALERIA DE VALORES

- Preceitos Éticos -



Características Técnicas:

Altura Total: 800mm

Comprimento Total: 500mm

A – Base, medindo 800x500mm, em aço inox polido 2mm calandrado com acabamento nas bordas.

B - Placa, medindo 600x400mm, em alumínio 3mm escovado e anodizado com impressão em serigrafia.

C – Base de fixação, em MDF 25mm, laqueado, recortado por computador.

D – Texto em fonte Arial Narrow, distribuído na placa, nos moldes apresentados na figura acima.

Fixação: Contraposta.

GALERIA DE DIRIGENTES

A Galeria de Dirigentes, instituída pela Instrução Normativa nº 05-DG/DPF, de 2 abril de 2002, e que tem por finalidade expressar, de forma permanente, o reconhecimento da administração e a preservação da história da PF, em cada unidade central ou descentralizada, homenageando seus respectivos dirigentes.

Em conformidade com o art. 7º, parágrafo 1º, da referida Instrução Normativa, são considerados dirigentes aqueles que tomaram posse na função de titular máximo de unidade central ou descentralizada.

Observações:

- **Para os dirigentes com mais de um período na função de titular máximo, deverá ser utilizada uma única placa, contendo os períodos dos respectivos exercícios;**
- **O modelo constante neste manual não vigora para as unidades antigas, as quais deverão permanecer com a Galeria de Dirigentes já existentes. O modelo referido neste Manual será obrigatório nas novas unidades da Polícia Federal.**

A seguir será apresentado o modelo e característica técnica para a instalação da Galeria de Dirigentes nas unidades da PF, de modo a padronizar a utilização.

GALERIA DE DIRIGENTES



Características Técnicas:

Altura Total: 800mm

Comprimento Total: 500mm

A – Base, medindo 800x500mm, em aço inox polido 2mm calandrado com acabamento nas bordas.

B - Placa, medindo 600x400mm, em alumínio 3mm escovado e anodizado com impressão em serigrafia.

C – Base de fixação, em MDF 25mm, laqueado, recortado por computador.

Fixação: Contraposta.

SINALIZAÇÃO DE INAUGURAÇÃO

A sinalização de inauguração, instituída pela Portaria nº 2014-DG/DPF, de 14 de dezembro de 2010, utilizada em solenidades que tem por finalidade registrar o início do funcionamento de unidades criadas na PF, será composta por placa ou painel.

A placa deverá ser utilizada nas unidades centrais e Superintendências Regionais, assim como o painel deverá ser utilizado em Delegacias e outras unidades descentralizadas, em função do espaço disponível no hall principal das edificações. Nas novas edificações poderá ser utilizada a sinalização que melhor se adeque ao espaço.

A seguir apresentamos os modelos e características técnicas da sinalização de inauguração, de modo a padronizar sua fixação e utilização.

- Placa de Inauguração -

- Placa de Inauguração -

PLACA DE INAUGURAÇÃO



Características Técnicas:

Altura Total: 800mm

Comprimento Total: 500mm

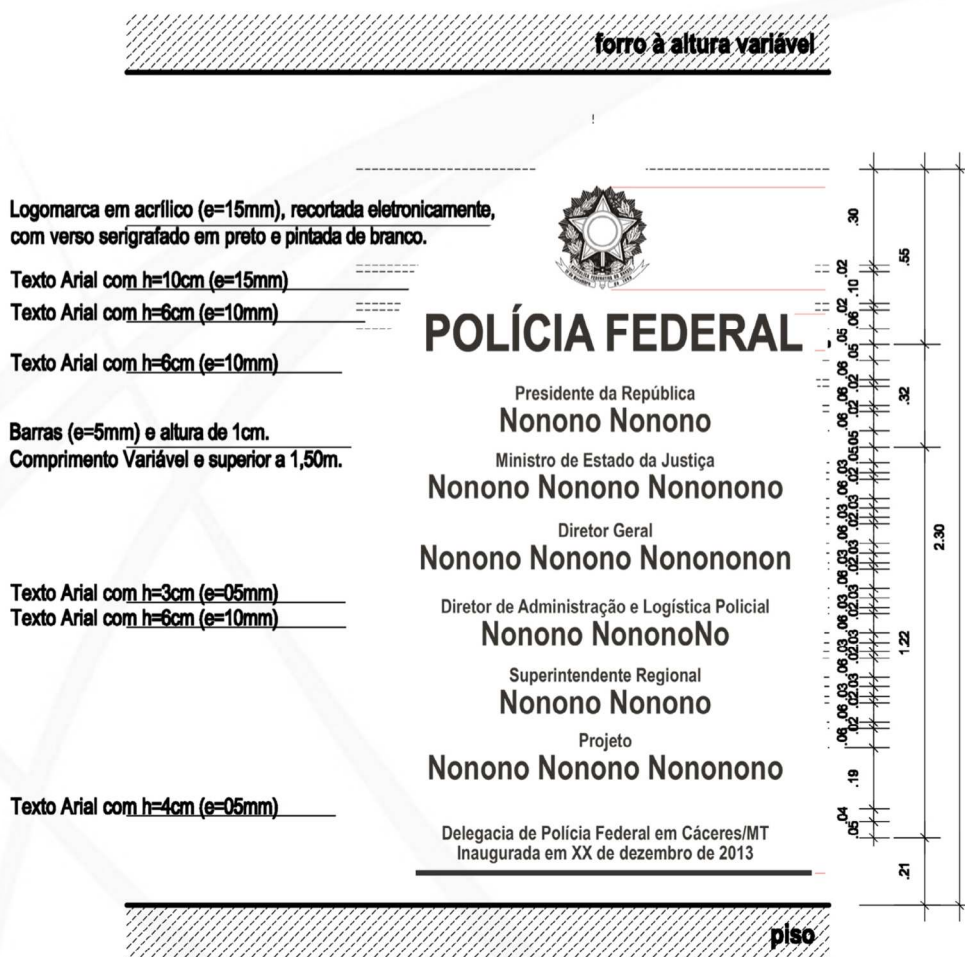
A – Base, medindo 800x500mm, em aço inox polido 2mm calandrado com acabamento nas bordas.

B - Placa, medindo 600x400mm, em alumínio 3mm escovado e anodizado com impressão em serigrafia.

C – Base de fixação, em MDF 25mm, laqueado, recortado por computador.

Fixação: Contraposta.

PAINEL DE INAUGURAÇÃO



Características Técnicas:

A – Os textos deverão ser centralizados pelo eixo do Brasão das Armas.

B - Textos de inauguração em acrílico com espessura recortados eletronicamente, pintados de branco no verso, com fixação contraposta por fita dupla face siliconada, instaladas em parede lisa e pintada na cor branco gelo.

C - O comprimento das barras de separação dos textos deverá ser definido pelo comprimento do maior texto, respeitando um mínimo de 1.500mm de comprimento para a barra.

D - Painel iluminado por 3 luminárias Standart AR70, embutidas em forro de gesso, a 20cm da parede.

Observação:

Caso o espaço para o texto inaugural seja insuficiente, poderá ser reduzido o tamanho da fonte;

Caso o espaço para o texto inaugural seja exagerado, deverá, o texto, ser centralizado, mantendo-se o tamanho da fonte e o espaço entre as barras.



POLÍCIA FEDERAL

Anexo II - Placa de inauguracao frente.jpeg



POLÍCIA FEDERAL

Presidente da República

Luis Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado da Justiça

Flávio Dino de Castro e Costa

Diretor Geral

Andrei Augusto Passos Rodrigues

Diretor de Administração e Logística Policial

André Luis Lima Carmo

Superintendente Regional

Flávio Márcio Albergaria Silva

Superintendência Regional da Polícia Federal na Bahia
Inaugurada em 05 de outubro de 2023

Anexo III - Placa de inauguracao lado.jpeg



POLÍCIA FEDERAL

Presidente da República
Luís Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado da Justiça
Flávio Dino de Castro e Costa

Diretor Geral
Andrei Augusto Passos Rodrigues

Diretor de Administração e Logística Policial
André Luis Lima Carmo

Superintendente Regional
Flávio Márcio Albergaria Silva

Superintendência Regional da Polícia Federal na Bahia
Inaugurada em 10 de outubro de 2023

Anexo IV - Placa homenagem.jpeg



Concedemos a presente Homenagem a

CARLOS HENRIQUE FERREIRA ALVES

Aposentado pela Portaria nº 14.892-DGP/PF, em 26 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 40 de 02 de março de 2021, como expressão de reconhecimento aos notáveis e relevantes serviços prestados à sociedade durante o cumprimento de suas atribuições na Polícia Federal por 24 anos, iniciados em 06 de junho de 1997.

Salvador/BA, 16 de novembro de 2021.

Virgínia Vieira Rodrigues Palharini
Superintendente Regional